Análise das Discussões em Grupo com investigadores da Polícia Civil de São Paulo

Adriana Loche

O grupo dos investigadores foi composto por 08 profissionais, lotados, e com larga experiência profissional, em diferentes distritos e delegacias especializadas da capital. Este grupo foi formado com o auxílio da Associação dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo.

1. Relacionamento com a população

Na primeira questão colocada ao grupo, sobre qual seria o seu relacionamento com a comunidade por eles atendida, os investigadores ressaltaram muito mais os aspectos negativos do relacionamento com a população do que aspectos positivos.

Em primeiro lugar, os participantes ressaltam que não há uma única forma de relacionamento com a população, pois esta varia de acordo com a área atendida.

"(...) Com referência ao tema de pesquisa eu teria a dizer o seguinte: o Decap abrange todos os distritos da capital, todas as seccionais e delegacias de Defesa da Mulher. Então, obviamente, há uma diversificação no que tange ao relacionamento polícia e comunidade de áreas diferenciadas. As dificuldades que o policial encontra e até em relacionamento em uma área não é a mesma em outra. {Dependendo do} "modus vivendi" dos seus habitantes, condição de pobreza, condição de classe média, diversificam os problemas, tráfico de drogas, violência".

Um outro presente corroborou com esta opinião, acrescentando que não é apenas a área que distingue o tipo de relacionamento, mas também a percepção da sociedade sobre qual seria o papel da polícia.

"Com relação ao relacionamento nosso com a população, que foi a primeira pergunta, é relativo. Porque o policial, numa área nobre, o policial ali não serve, é como se ele não tivesse tido opção nenhuma e foi ser policial. Numa área onde a população é mais carente e necessita dele, é como se fosse um Deus".

Na opinião dos presentes, a heterogeneidade da cidade teria influência direta no tipo de relacionamento que é desenvolvido entre a polícia e a comunidade, podendo prevalecer tanto os aspectos negativos quanto os aspectos positivos.

Os investigadores avaliam que o relacionamento que se dá durante o atendimento do plantão policial - que é, segundo um dos participantes, o local “onde deságuam todas as vicissitudes de um povo sofrido” - tende a ser muito tenso, principalmente porque população desconhece a função da Polícia Civil e busca a instituição para resolver todos os seus problemas, ainda que estes sejam de outra natureza.

“O maior problema de relacionamento do povo com a polícia, acho que é uma falta de instrução do povo sobre o serviço da polícia. O que o policial deve fazer, o que é obrigação e não o que eles acham que deve ser feito. Porque tem uma parte social da polícia de você levar alguém a um hospital, que foge ao caráter de polícia. Então, chega alguém, num plantão, necessitado, precisa ser levado para um hospital, ser socorrido ou ser encaminhado para qualquer outro serviço e eles não entendem. É uma revolta muito grande da população com a polícia, porque nós temos que nos prender ao serviço de polícia. Polícia é feita para investigar crimes primariamente, depois, sim, a parte social menor. Isso daí não é entendido pela população. Chegam diversas pessoas em plantões, começam a falar de problemas, nós funcionamos como psicólogos, começam a fazer perguntas de Direito Trabalhista, foi despedido pelo patrão, o que tem que fazer. Então a gente tem que ficar dando consulta de coisas que extrapolam o serviço de polícia. Se você se nega e explica o por que: porque você tem que fazer um serviço de atendimento policial e não social, ela simplesmente começa a dizer que nós não queremos trabalhar, começa a desprezar e até agredir o policial por causa disso”.

Na visão dos participantes, a falta de informação da população sobre o papel da polícia sobrecarrega ainda mais o trabalho no plantão policial, impedindo que os investigadores desenvolvam o trabalho para o qual são designados.

“Vou dar um exemplo da dificuldade desse tipo de relacionamento com a população: imagina que hoje num plantão de delegacia de área, num distrito afastado, de noite ficam um investigador, um escrivão e um delegado, com 150, 200 presos. Agora chega uma senhora dando a luz, ou alguém passando mal ou porque brigou com vizinho, é obrigado a socorrer. Como você vai abandonar o plantão, vai largar um ou dois policiais sozinhos para poder socorrer aquele cidadão (...) Você olha a pessoa, a mulher está dando a luz, você até abandona o plantão e esquece até das suas obrigações que são primárias, que é de tomar conta do plantão durante aquele período, olha a dificuldade desse relacionamento. Quando você fala ‘não’, geralmente você não fala, você dá um jeito...”.

Para outro participante, a tensão no relacionamento entre a polícia e a comunidade se dá exatamente quando o policial “deixa de dar um jeito”, mostrando à população que aquele não é o seu trabalho.

“Se você se nega e tem que explicar por que, porque você tem que fazer um serviço de atendimento policial e não social, ela simplesmente começa a dizer que nós não queremos trabalhar, começa a desprezar e até agredir o policial por causa disso. (...) Esse é um problema importante, a população fica odiosa por isso, se ela não for atendida em qualquer aspecto, se você explicar que existe um serviço de bombeiro, 193, alguma coisa, ela não quer saber (...) se você explica, a pessoa vai à corregedoria, fala que foi mal atendido, daí o que acontece é o seguinte: você vai ter que perder um dia do seu serviço para explicar depois de uma sindicância que você não atendeu mal, mas simplesmente o serviço não era de polícia, porque vai ser aberto um processo administrativo para apurar isso, se houver uma reclamação”.

Os investigadores se queixam, ainda, da incompreensão da população em relação à falta de infra-estrutura das delegacias de polícia, e atribuem à população parte dos problemas de relacionamento que derivam da ausência de recursos materiais e humanos.

“Outro problema que eu acho do povo com a polícia no DP, no atendimento, a população não entende que falta material. Então você tem que fazer uma determinada diligência, não há gasolina no plantão, não há nem papel, não há veículo disponível para o plantão, que é o meu caso agora. Não tenho veículo disponível, se eu precisar sair, se acontecer um assalto, dois, três quarteirões que precisa de veículo e não existe esse veículo, tem que pedir um favor para uma outra delegacia, para alguém que tem uma viatura, é uma coisa absurda. (...) O relacionamento do povo com o plantonista policial é muito dificultoso. A população não entende que o policial tem que fazer, vamos dizer, um flagrante demora seis horas. Eles não entendem isso, ‘policial é vagabundo’.”

Um investigador acredita que não há relacionamento possível entre polícia e comunidade, seja porque a população não deseja que ele exista ou porque ela não compreende as dificuldades atravessadas pela polícia.

“Existe um ditado que define bem, não sei se eu vou pegar pesado, mas eu vou citar o ditado aqui, que define bem a relação entre a polícia e a população: “diante da dificuldade o cidadão se lembra de Deus e da polícia, passada as dificuldades ele se esquece de Deus e amaldiçoa a polícia”. É mais ou menos esse ditado que define bem a nossa relação com a população”.

Um outro investigador, ao falar sobre o relacionamento entre polícia e comunidade durante o plantão policial, salienta que um dos principais entraves seria o fato da população buscar a delegacia para resolver todos os problemas, mesmo aqueles de

ordem social. Este investigador ressaltou que o atendimento prestado por um assistente social ajudava a melhorar esta relação.

“(...) Todos [distritos policiais] tinham um assistente social. Todo plantão de delegacia tinha uma sala com uma assistente social ali para atender esse cara. Então ia à delegacia, mas não saía sem um atendimento, uma orientação no campo social. O governo acabou com isso, então virou mais uma fonte de pau na polícia. Porque não fui atendida, fala com a vizinha, a vizinha não sei o que. Essa imagem negativa que o colega está citando, um dos pontos principais para haver melhor entrosamento: voltar a assistência social, porque não é coisa nossa de polícia”.

Nota-se, por esta fala, que a ausência deste serviço é incompreendida pela população, que passa a ter uma imagem negativa da polícia. Desta forma, o relacionamento entre ambas tende a ser tenso, ou na opinião de um colega, não há como ser sadio.

“Como poder haver um relacionamento sadio com a população se ela não entende toda essa problemática?”.

Apesar das críticas dirigidas à população, os investigadores percebem que o seu trabalho só faz sentido quando a população é bem atendida, ou seja, a principal vantagem do relacionamento entre polícia e comunidade é quando conseguem resolver um caso, seja solucionando um pequeno problema ou salvando uma vida. Isto se reflete na satisfação pessoal de ter conseguido cumprir a sua tarefa.

“O policial que é policial por dom, a vantagem dele trabalhar é servir a população. É um bem estar salvar uma vida. Quem trabalhou na rua sabe disso, você conseguir salvar uma vida, conseguir dar esperança para alguém. Isso é uma realização. (...) A recompensa do policial, na verdade, é ver o cidadão feliz, despreocupado, andando na rua, como existe na Suíça”.

“Eu vou falar uma coisa, é uma experiência pessoal. Eu trabalhei muito tempo em periferia (...). O que acontece, uma vez entrou um senhor, não é uma pessoa mendiga, não é indigente, é uma pessoa pobre. Ele entrou na delegacia de polícia humildemente, com a roupa rasgada, pele cheirando um pouco desagradável, ele falou para o delegado: ‘quero fazer uma ocorrência’. O delegado falou: ‘pois não, o senhor pode falar’. ‘É que roubaram o meu radinho de pilha’. ‘Mas radinho de pilha!’. Até a escrivã: ‘pô, mas um radinho de pilha! Quanto é um radinho de pilha? Compra outro para o senhor’. ‘Esse radinho de pilha que me roubaram foi um presente do meu filho e ele desapareceu’. Então não era pelo valor em si do rádio, é o valor sentimental que o filho dele tinha comprado e dado de presente para ele. Nesses lugares você vê (...) Para a pessoa vir à delegacia pedir esse tipo de prestação de serviço da polícia (...) O que levou essa pessoa a acreditar na polícia? É o nosso trabalho na área, um

trabalho eficiente, um trabalho dos colegas, dos delegados de polícia, que acreditou. Então, você, com bom trabalho, chama as pessoas, a comunidade até você. Por esse lado há vantagem ou alegria de ser policial. Eu acho que a maior alegria é você conseguir solucionar um problema de uma determinada pessoa ou de um grupo de pessoas. Você solucionar um crime, apresentar os autores. Eu acho que uma investigação bem feita, que ele logrou êxito, acho que isso é a maior alegria do policial”.

Apesar de perceberem que o ponto positivo do relacionamento com a população é quando conseguem cumprir sua tarefa, os investigadores se ressentem de não ter reconhecimento pelo trabalho prestado.

“Acho que é a única vantagem que temos é isso, porque se nós fôssemos policiais de Primeiro Mundo nós teríamos outra satisfação que é ser reconhecido pelo vizinho: ‘olha, o meu vizinho é um policial’. Lidar com público e a pessoa já te põe numa posição não privilegiada. Não é privilégio que eu quero, mas ser reconhecido por uma pessoa de reconhecimento. Eu estou trabalhando, eu sou funcionário do povo, então eu gostaria de ser reconhecido pelo povo. Infelizmente não somos reconhecidos. A única coisa que sobra para gente é ‘um muito obrigado’ quando a gente consegue solucionar um caso...”

Imagem da polícia

Os investigadores se percebem como peças fundamentais do sistema de justiça criminal. Na opinião deles, a atividade que desenvolvem é de grande importância para a promoção da justiça.

“O serviço que a gente faz é de suma importância. Um relatório de investigação, de um investigador de polícia é apreciado por um promotor, por um juiz. Então nós somos os olhos da justiça na rua, porque o promotor não vai para a rua, o delegado também não vai para rua, quem vai para a rua é o investigador”.

“Estamos numa situação que a gente cada vez mais está perdendo. Quem mais trabalha na polícia, quem dá nome para delegado é o investigador de polícia. Se não tiver investigador de polícia, não tem escrivão porque não vai fazer nada, não tem delegado porque não vai fazer nada. (...) Veja bem qual é a situação, a nossa situação é muito importante dentro da polícia e não estamos sendo reconhecidos”.

Os investigadores reconhecem que possuem uma imagem negativa aos olhos da sociedade, que os percebe como corruptos, mas alegam que a corrupção está restrita a uma minoria que leva à lama toda uma carreira. Ressaltam, ainda, que isto ocorre em toda a sociedade, não sendo, portanto, uma característica específica da Polícia Civil e

muito menos de investigadores.

“Nas próprias novelas que a gente assiste aí, a gente nunca vê um policial como um sujeito digno, inteligente. É sempre como se fosse um mané da vida lá, um cara esculachado e tal”.

“A polícia tem, vamos dizer, fama de ser corrupta. No entanto, nem 5% dos policiais são corruptos. A maioria, 95%, faz bico, trabalha em outras atividades na área de segurança e tem o seu ganho merecido, honestamente. Então, esses 5% infelizmente existem, como existem em todas as camadas da sociedade...”.

É possível afirmar que, apesar de acreditarem exercer um importante papel no controle da criminalidade, os investigadores percebem que possuem uma imagem bastante negativa perante a sociedade e dentro da própria corporação, e estão ressentidos por isso. Para finalizar, vale ressaltar a fala de um dos presentes que revela o quanto esta imagem negativa afeta a auto-estima do policial.

“Os veículos de comunicação só vendem jornal. Programa de televisão tem ibope quando é para dar pau em polícia. Pega o lado bom, pega o lado objetivo do alcance social polícia-comunidade, invista um pouco na publicidade, resgate a dignidade do investigador de polícia. Dê a ele a condição de voltar a se sentir honrado da função e querer trabalhar porque ele está sendo reconhecido”.

2. Expectativas da população

Parte das razões da tensão existente no relacionamento com a população torna-se mais evidente quando os investigadores passam a discutir quais seriam as expectativas da população em relação ao seu trabalho.

Na opinião dos investigadores, a população espera, em primeiro lugar, que a polícia dê uma solução imediata ao seu problema, ainda que este não seja de cunho policial.

“Eu acho que a população espera que o policial, principalmente, no plantão da periferia, seja um super herói. Então ele tem que ser ambulância para socorrê-los, tem que ser um advogado para instruí-los sobre o que eles têm que fazer em determinadas situações civis e não criminais, temos que ser carrascos, matadores. Temos que ser antes, principalmente, assistentes sociais. Quantas vezes o policial que ganha pouco não teve que dar dinheiro... falar: ‘está aqui’”.

[A população espera que a polícia seja] “Juízes, promotores, padres. (...) ela quer a solução imediata do seu problema”.

“Ela quer que a gente resolva às vezes um problema que não tem nada a ver com a polícia”.

“(...) porque ninguém vai a delegacia porque quer. Ou está desesperado ou quer pedir informações para o juiz de pequenas causas, ações trabalhistas, direito de família, todos os ramos do Direito”.

A expectativa da resolução imediata de problemas estaria associada à falta de informação da população, em especial sobre como aceder aos seus direitos. Desta forma, casos que seriam de cunho mais social, como falta de vagas em escolas, hospitais, entre outros, chegaria à delegacia, sobrecarregando ainda mais o trabalho da polícia.

“A população espera a solução dos problemas. A população, como todo ser humano, é egocêntrica, ela pensa nela própria, não pensa em sociedade. Então se a polícia resolve um problema que ela está apresentando naquele momento, se a polícia resolver está muito bom, a polícia funciona. Agora, se não conseguiu, mas coletou dados para uma solução geral, social, isso não interessa para a população. Então, na verdade acho que é a falta de informação que é muito grande, tanto dos governantes como da população”.

“(...) É um problema cultural generalizado, é a instrução. Falta publicidade também do governo para explicar isso à população (...) A instrução do que o policial deve fazer”.

Além disso, a população espera poder contar com a polícia apenas quando é de seu interesse. Nestas situações, a população espera que a polícia aja com rigor, em alguns casos utilizando até mesmo a violência, contra aqueles que consideram uma ameaça social. Porém, esta mesma parcela da sociedade, espera que a polícia faça vistas grossas em relação àqueles que são do seu círculo familiar ou social, ainda que estes estejam envolvidos com a criminalidade.

“A primeira coisa que a pessoa fala quando você prende um bandido, um estuprador: ‘por que você não mata ele?’. Acho que em toda polícia (...): ‘Por que você não mata o cara?’. ‘Por que você leva vivo para delegacia?’. Por que na delegacia você não bate nele?. Essas são as perguntas, é isso que eles querem (...) Eles querem intimar que fulano, sicrano bata, mas ele não quer que faça isso para o filho dele se fosse um ladrão. (...) Vamos fazer o seguinte ‘você queria que fizesse com o seu filho?’. ‘Meu filho não’, é o que ele falou, é bom para os outros mas para família dele não”.

Nas falas dos investigadores a respeito das expectativas da população, é possível perceber também o quanto esta categoria profissional sente-se abandonada e desprivilegiada pelo Estado.

“A população espera uma polícia bem uniformizada, bem educada, despreocupada...”.

“Ela espera encontrar um policial amigo, um policial sem problema e na verdade, na situação que nós estamos é utópico isso”.

Estas falas revelam não apenas o que a população espera da polícia, mas sim o que eles gostariam de poder oferecer à população. Ou seja, os investigadores desejam estar bem equipados, com uma boa formação profissional e bem remunerados para poderem responder à altura às expectativas da população.

3. Forma de policiamento ideal

Na terceira rodada, os participantes foram convidados a dar a sua opinião sobre qual seria a forma de policiamento ideal. Mais do que propor um novo modelo de policiamento, os investigadores levantaram aspectos que precisam ser melhorados para se atingir o policiamento ideal. Estes aspectos passam, basicamente, pela revisão do gerenciamento dos recursos humanos e materiais.

O primeiro aspecto ressaltado pelos presentes diz respeito ao desvio de função. Na opinião dos investigadores, para que o policiamento seja mais eficaz é mister que se termine com o desvio de funções:

“Primeiro, acabar com desvio de função dentro da polícia. O investigador de polícia fazer investigação, não ficar alimentando preso, fazendo papel de carcereiro, fazendo papel de escrivão, fazendo papel de motorista para os outros”.

“Abrindo porta de gabinete de delegado (...) Então, existe esse tipo de desvio, gente que presta concurso para investigador de polícia e nunca pegou numa arma, nunca subiu numa viatura, nunca prendeu o dedo na porta, como costumamos dizer...”.

O desvio de função além de ser, na opinião dos investigadores, um obstáculo para o bom policiamento, revela uma distribuição desigual de tarefas entre os profissionais da categoria, pois enquanto uns estão nas ruas ou nas delegacias sobrecarregados de trabalho, outros estão exercendo funções que não são de sua competência, muitas vezes gozando de privilégios: “Está cheio de maçaneta encostado... que tinha que estar na rua trabalhando”.

Um segundo ponto levantado pelos policiais diz respeito ao investimento no policial, seja no tocante aos recursos humanos – melhor formação, aperfeiçoamento, apoio psicológico, etc – ou em termos de recursos materiais, dando condições para que o

policial possa fazer investigação. A falta de investimentos na carreira provoca uma sensação ambígua entre os investigadores, porque ao mesmo tempo em que se percebem enquanto peças centrais no controle da criminalidade, sentem-se incapazes de desenvolver seu trabalho, seja porque não recebem o treinamento adequado ou porque não dispõem de recursos materiais para trabalhar.

“(...) Teria que começar para haver uma melhoria do profissional de polícia, passar por uma reciclagem, tal qual foi feita nos anos 70 na Polícia Civil, independente da faixa etária, independente do tempo de polícia. Quero crer que a nossa academia, a administração deveria fazer uma reciclagem, atualizar esse profissional aos dias de hoje, as necessidades e as vicissitudes do policial no dia de hoje. Como ele encarar uma série de problemas que não tinham há 15, 20 anos e tem hoje. Capacitá-lo, fazer uma reciclagem geral aqui na capital, até para um entendimento melhor de novas formas de ilícitos e violência que estão ocorrendo aí”.

“Ele [o investigador] tem que ser profissionalizado naquilo. O serviço policial não pode ser bico. Então o que acontece? Isso aí é investimento na carreira, investir na carreira do policial (...) A forma de investigação também é investir na materialidade, dar recursos, deixar ele agir, fazer uma pesquisa, ele poder chamar um perito a hora que ele precisar, ele poder ter acesso a dados que precisa de autorização, acabar com a burocracia, enfim, o policial tem que ser tratado como um profissional. Simplesmente ele entra num concurso público, que é difícil, poucas pessoas passam, ele faz uma academia, você aprende ali muito pouco, o mínimo (...) A investigação é muito pouco aprendida, por quê? Porque o intuito da academia não é ensinar, o intuito é colocar você na rua, é político... (...) Então, o que a polícia precisa? O que a investigação precisa? Dinamismo, precisa ter um apoio financeiro. Precisa ter um apoio psicológico, o policial, e o apoio material, tem que ser investido de todas as formas, estamos abandonados ao relento.”

“Então, precisamos de um incentivo. Precisamos de curso. Eu acho que o governo devia saber administrar isso daí. Os nossos superiores deveriam administrar isso aí. Vamos pegar hoje 50 investigadores, vamos mandar, vai fazer o curso para aprender”.

Outros pontos levantados pelos presentes foram: o salário e a escala de serviço. Para os investigadores, o policiamento só pode ser eficaz se o policial estiver concentrado no seu trabalho, sem preocupações externas, como as contas a pagar.

“Outra coisa, deve ser a melhor forma do policial trabalhar. Ele trabalhar feliz, contente, tendo todos os anseios dele, ou a maioria, supridos, como lazer. Não existe lazer para o policial. Não sobra dinheiro para ele. A parte médica, ele tem que estar descansado sobre aluguel, ele vai estar com a cabeça livre para desempenhar o

papel dele e ele tem que ter um horário digno, que não extrapole. Todo ser humano tem uma carga horária...”

Além disso, acreditam que a escala de trabalho deve ser revista, pois ela também é um obstáculo para se atingir um bom policiamento.

“Quando um policial pega uma ocorrência, ele tem que ter aquilo para fazer. Ele não vai ficar uma, duas, três horas, se exigir 24 horas, 36 horas ele vai ter que ficar lá fazendo, você entendeu?”

“O que acontece, o policial trabalha nessa escala maluca, de trabalhar um dia de noite, outro dia de dia, final de semana, ele vai trabalhar cansado, ele vai ter um mau atendimento, um mau rendimento, a percepção de vigilância dele vai estar defasada, ele vai trabalhar mal...”

Os presentes defendem, principalmente, que o policiamento ideal seja aquele que dê ao policial a oportunidade de desenvolver seu trabalho, oferecendo-lhe os recursos necessários para tal. Nota-se que, na opinião dos presentes, não seria necessária uma grande reformulação na área de segurança, mas apenas um melhor gerenciamento dos recursos humanos e materiais.

4. Obstáculos para o exercício da função

Os investigadores arrolaram uma série de pontos que, na sua opinião, se configuram como importantes obstáculos para o exercício de sua função. São eles: a) o desvio de função; b) o excesso de controle dos órgãos fiscalizadores; c) as más condições de trabalho; e, por fim, d) o uso político da polícia. Todos estes fatores, aliados, fazem com que a polícia, e em especial os investigadores, tenham um desempenho aquém do que é necessário para controlar a criminalidade, ou seja, não atingem a eficácia do policiamento.

Desvio de função

Este parece ser um tema de especial importância para os investigadores, que consideram que a polícia só chegará ao policiamento ideal se acabar com o desvio de função dos investigadores. Na opinião dos presentes, o desvio de funções torna-se um duplo obstáculo para o policiamento ideal porque ele restringe o número de investigadores na ativa, provocando uma sobrecarga de trabalho, e porque ele desestimula o policial, que se sente subaproveitado dentro da corporação.

“Você pega um número de 15, 20 investigadores daquela delegacia que ficam fazendo o quê? Ficam à disposição da carceragem, para levar preso no dentista, para levar preso no médico, levar preso no fórum. Então quando você teve a sua casa roubada, foi vítima de seqüestro relâmpago, que você vai lá procurar, você não vai ter um investigador para te auxiliar, para cuidar do seu caso, por quê? Porque ele está cuidando da cadeia, está cuidando do preso e não de você. Então é um desvio de função também. Eles pegam o investigador ‘pega esse papel não sei aonde’, então você acaba não exercendo efetivamente aquilo que você deveria fazer...”

“Quando ele fala em desvio de função, ou seja, você prestou um concurso, fez um curso e etc. para investigar, ser investigador, então você vai ser babá de preso, por que vai ser carcereiro, o que ocorre? Chega agora às vésperas do carnaval, às vésperas da semana santa aquela equipe de distrital, de seccional etc., enfim, incumbida em fazer investigação dos casos que registram ali para tocar os inquéritos, a carga maciça de ordens de serviço, que são as ordens de investigação inerentes ao inquérito, investigador que faz. Intimação, investigador que faz. Independente de todo o trabalho investigatório é necessário que se faça sabe o que, escala de reforço. Então, toda essa carga, imagina como fica o psíquico de um homem desse, toda essa carga de trabalho. Você não tem horário, você não tem condição de tratar a saúde e vem o telex e eu tenho que fazer. Escala de reforço para carceragem, escala de reforço para ronda, escala de reforço para não sei o que. Então tudo isso aí sobrecarrega de uma tal forma, quando não põe você com bucha de canhão, dentro de uma viatura, lá no pátio para pousar ali para ver se o pessoal vem para resgatar. Matar você primeiro para dar tempo de tomar providência lá dentro. Você fica confinado lá, dentro da viatura, esperando...”

“Isso daí leva toda a classe a um estado depressivo. Ele fica desmotivado, ele não tem como servir a população”.

Pode-se concluir que o desvio de função é percebido como um forte obstáculo para o desempenho do trabalho policial, porque, além de sobrecarregar o trabalho daqueles que estão efetivamente exercendo a sua função de investigador, o desvio de função afeta a auto-estima deste policial que sente sua capacidade produtiva sendo subutilizada, e não se sente em condições de oferecer a população o serviço que ela deveria receber.

Órgãos fiscalizadores

Outro aspecto levantado pelos investigadores que, na sua opinião, prejudica o policiamento, são os órgãos de fiscalização da polícia. Para os investigadores o “excesso de fiscalização” atua como forte inibidor de seu trabalho.

Segundo os participantes, muitas vezes um investigador deixa de atuar em uma ocorrência, não prende um suspeito porque o suspeito pode se queixar na corregedoria e quem vai sofrer as conseqüências daquele ato é o policial, que vai ter de provar aos seus superiores de que ele agiu corretamente, dentro dos limites da lei.

“Os órgãos incumbidos de fiscalização da própria polícia chegaram a um ponto que inibe a ação do profissional de polícia de rua. Não defendo que não haja, pelo contrário, deve continuar existindo. Porém, sem essa pressão massificante, que acaba acovardando a ação do policial de ponta, que é o investigador de polícia, que é o clínico geral, que investiga, que prende, que relata aquilo que ele vê, que ele ouve e que vai dar início a uma ação de inquérito, investigatória e assim por diante. Então, nós temos muito poder de fiscalização. Para cada dois investigadores coloca um delegado inibindo a ação dele, enquanto a autoridade, a meu ver, deveria ficar na retaguarda para dar o apoio necessário e orientação quando solicitado. Porque se parte do princípio de que o investigador é um profissional altamente capacitado para o exercício da função. Então, o maciço e exagerado poder de fiscalização da ação policial investigatória tornou-se um fator inibidor do investigador de polícia, porque para tudo ele tem que pedir benção”.

“(...) Acho que está chegando num ponto em a palavra do ladrão vale mais que a palavra da polícia. Entendeu? Você prende ele e se ele falar mal de você o negócio reverte e ele vem para cima de você. Então não tem condições de você trabalhar. Como você vai prender alguém? A própria instituição não confia em você. Fica difícil, você prende o cara hoje, amanhã ele sai, vai no órgão competente e fala: ‘não, mas o policial’ e eles vêm para cima de você e você tem que se explicar (...) Então fica difícil”.

“Porque a corregedoria hoje (...) não se preocupa em ouvir o lado policial. Se o mala for lá, desculpe a expressão, se o meliante for lá e disser que o policial o espancou ou que pediu propina, vamos dizer, a corregedoria vai acreditar”.

Os policiais queixam-se da corregedoria de polícia e também de um instrumento de fiscalização que foi criado pelo governo do Estado para demitir sumariamente os policiais envolvidos em caso de abuso ou de corrupção. Este último instrumento – chamado de via rápida – foi uma resposta do governo do Estado às comprovadas denúncias de envolvimento de policiais civis com o tráfico de crack no centro de São Paulo, na região conhecida como Crackolândia.

“Essa via rápida – vou de forma objetiva tentar explicar – é o seguinte: você presta o concurso, faz o curso da academia, se especializa, faz uma série de cursos. Porque você tem na veia o sangue, você se orgulha. Eu me orgulho de ser investigador de polícia talhado para isso, como todos os colegas têm no princípio.

Lógico que entra um ou outro para ter um cabide de emprego, para fazer o bico, para terminar o estudo. (...) Então, você encana, põe em cana um traficante, ele vem com a mulher, a mãe, o primo, irmão, quadrilha. Encanou esse, amanhã esse. É relaxado o flagrante, o cara sai para a rua, a mãe e a mulher dizem: 'polícia que encanou o meu filho, o meu sobrinho, ou marido, eu tenho testemunha, irmão, mãe e cunhado, ele está vindo tomar uma nota aqui'. Não é que vai fazer o flagrante não, simplesmente com essa notícia eles instalam essa via rápida, o que seria sindicância antigamente, ouve aquilo e aquela palavra bastou. Eles não se preocupam em verificar que você tem 10, 12 anos; 7 ou 8 elogios, uma folha de bons serviços prestados... não. É a política do governador para enxugar a máquina para fazer estatística, para dizer que ele demitiu e a polícia é o saco de pancada do mundo, essa é a via rápida, é o fator inibidor que eu coloquei, de que forma? O escrivão, o investigador, o pesquisador, o perito criminal, são todos, parte-se do princípio que todo mundo é corrupto, todo mundo é ladrão. (...) É altamente discriminatório e uma discriminação odiosa, porque você tem gente honesta, pai de família que se arrebenta aí, como é a grande, a quase totalidade da massa de investigador de polícia que eu conheço”.

“Via rápida, isso aí, o governador fez. Fez uma lei baseada nisso numa época de eleição porque deu um problema na Crackolândia e a imprensa bateu em cima. Se os colegas têm razão ou não tem, mas lá são cinco, seis policiais, representando 30 mil policiais? Quer dizer, para dar uma resposta à população, ele arrumou essa via rápida, que é o que vem atualmente. Brecou a polícia em 99%, qualquer coisa que você fizer vai para corregedoria, a corregedoria primeiro, você tem que provar”.

Além de limitar a ação policial, a principal queixa dos investigadores contra a via rápida é altamente discriminatória. Ao ver dos participantes, os que criaram este instrumento de coerção partem do pressuposto que a maior parte das categorias de polícia são corruptas e, portanto, devem ser sempre fiscalizadas. A crítica aos mecanismos de controle sobre a atividade policial e à falta de respaldo institucional são queixas diretas à restrição ao poder discricionário da polícia.

Más condições de trabalho

Os policiais consideram que as más condições de trabalho, desde a ausência de formação profissional até o mau gerenciamento dos recursos materiais, são um forte obstáculo para o bom desenvolvimento do trabalho policial.

Para os policiais, a falta de formação profissional adequada - nos cursos de ingresso – e a ausência de um programa de reciclagem são pontos que prejudicam bastante o trabalho de investigação. Os investigadores ressentem-se por não terem a oportunidade de se aperfeiçoar na academia, pois não há um investimento do Estado neste sentido.

“Investigadores que, às vezes, não sabem redigir um texto no Word. Na nossa geração, eu não tive isso na escola. Eu conheço porque acabei fazendo o curso, quis me atualizar, mas por minha conta, porque a polícia não dá condições”.

“Paguei hoje 300 reais para um curso básico de computação aqui, porque eu preciso, eu necessito. É aquilo da reciclagem a que eu me referi. Enquanto que o governo tinha obrigação de investir no profissional”.

“Eu vou ter que pagar 150 reais por mês para fazer um curso básico de computador numa associação, que ela também não vai ter condições de dar gratuitamente para todo mundo. Então, veja bem, se eu ganho pouco e eu ainda vou ter que pagar”.

Ressentem-se ainda pelo fato de que, quando conseguem um curso gratuito, há uma hierarquia a ser seguida e nem sempre faz o curso aquele que vai, de fato, utilizá-lo em seu trabalho cotidiano.

“Eu pleiteei um curso de escolta de dignitários de Florença, que é uma das melhores que tem. Eles estão acostumados a escoltar juízes, eu consegui o curso, só que foram dois delegados no meu lugar. Eu fiquei enciumado, porque esses delegados não trabalham na rua, são pessoas de gabinete e foram passear. Eu ia fazer o curso e eles foram passear. Na época eu iria pagar a minha passagem, ia fazer, o Estado só ia me liberar das minhas funções para poder fazer esse curso”.

Os presentes afirmam que, se houver o desejo de se aperfeiçoar, os cursos devem ser feitos por conta própria. Porém, muitos policiais não têm condições financeiras de pagarem por cursos extracurriculares, por causa dos baixos salários.

Além disso, essa baixa remuneração, segundo os investigadores, pode conduzir o policial a dois caminhos: buscar o bico, como forma de complementar o seu salário ou se envolver em atos ilícitos.

“Porque não adianta você dar uma viatura zero quilômetro, armamento de ponta, se ele está preocupado com o aluguel da casa que está vencido, com a escola do filho etc. Por mais preparado, se não passar por meios, recursos para esse homem, ele vai utilizar isso para outros fins. Ele vai buscar a sua condição de vida fazendo bico. O governo não lhe paga o suficiente. Então a área de

segurança fica relegada ou perante as facilidades que se apresentam a ele em decorrência do exercício da função”.

“Então são muitos problemas que nós enfrentamos começando pelo salário. Obviamente os policiais têm que fazer bicos para poder complementar a renda e eu sou um deles. Não que eu gosto, mas eu sou obrigado a fazer, porque com o salário que eles pagam eu não consigo pagar a prestação do apartamento ou ter um carro mais novo, uma condição um pouco melhor. Com o salário da polícia não sobrevive de forma digna, senão vai morar num bairro afastado, a mercê de vizinhos que fazem parte do crime, todas essas dificuldades”.

O bico foi condenado por todos os policiais presentes na reunião, porque:

“Não há condição de um profissional trabalhar em duas coisas diferentes, ser policial e ser padeiro, ser policial e ser taxista, ser policial e ser qualquer outra profissão. Não tem condições, então tem que ser profissional da área”.

Além disso, o bico é considerado por eles como uma grande distorção, porque o trabalho como servidor público ficaria em segundo plano, “porque o bico paga mais, chega a pagar o dobro”.

“Então você tem que ficar no bico se matando e o que acontece? O serviço público fica em segunda, terceira, quarta opção de vida, entendeu? (...) Você precisa, você tem filhos na escola, você quer o melhor para a sua família”.

“Eu e ele trabalhando, se vamos pegar eu e ele um bico às 7 horas da noite, às 3 horas da tarde nós já estamos parando. Porque se a gente pega uma ocorrência 5 horas da tarde nós vamos chegar atrasado no bico e nós perdemos dinheiro”.

Outro ponto ressaltado pelos policiais refere-se ao turno de trabalho. Na opinião destes profissionais, o turno de trabalho, da forma como é montado, desfavorece o bom relacionamento com a comunidade, que não entende o porquê da ausência daquele policial que estava atendendo a sua ocorrência. Além disso, a escala de trabalho não respeita os limites do organismo do policial.

“O povo não entende, é que o nosso horário é completamente maluco. Não existe esse horário em nenhuma polícia do mundo. Você trabalha um dia de dia, outro dia de noite, folga 3, depois você volta, depois você vai, tira férias, não tira, é um horário louco. Em qualquer polícia do mundo, quem trabalha de dia trabalha de dia, quem trabalha de noite, e quem trabalha de tarde trabalha de tarde. (...) O que acontece, o policial trabalha nessa escala maluca, de trabalhar um dia de noite, outro dia de dia, final de semana. Ele vai

trabalhar cansado, ele vai ter um mau atendimento, um mau rendimento, a percepção de vigilância dele vai estar defasada, ele vai trabalhar mal. (...) Ele tem que ter um horário digno, que não extrapole, todo ser humano tem uma carga horária...”

“Toda essa carga, imagina como fica o psíquico de um homem desse. Toda essa carga de trabalho. Você não tem horário, você não tem condição de tratar a saúde e vem , o telex eu tenho que fazer, escala de reforço para carceragem, escala de reforço para ronda, escala de reforço para não sei o que, então tudo isso aí sobrecarrega de uma tal forma”.

O principal problema em relação aos equipamentos – viatura, computador etc – se deve, na opinião dos presentes, muito mais à falta de visão administrativa do que à falta dos recursos em si. Deve-se, ainda, a ausência de treinamento que os permita utilizar, da melhor forma, os recursos disponíveis, ou seja, mais uma vez a ausência da qualificação profissional.

“Quem sabe trabalhar com uma escuta telefônica? Será que todos os investigadores têm condições de acesso? Tem condições de pedir? Sabe trabalhar numa escuta telefônica? Será que todos os investigadores conseguem trabalhar? Eu não sei, se me pedir para fazer uma escuta telefônica, eu não sei”.

Em relação às viaturas os policiais se queixam não da falta delas, afirmando que até existem em número suficiente, o que eles não possuem são viaturas adequadas ao trabalho que desenvolvem, ou seja, viaturas descaracterizadas.

“Nós temos 60 viaturas caracterizadas, são meia dúzia que estão na investigação, uma delas é um fusquinha, aliás, fundiu o motor...”

“As viaturas da Polícia Civil teriam que ser totalmente descaracterizadas, totalmente, se você trabalha na homicídios ou numa investigação de drogas, de qualquer coisa, você tem que abandonar a viatura...”

“Você tem que deixar a viatura a quilômetros do local para você não ser identificado...”

Segundo alguns presentes, além disso, as poucas viaturas descaracterizadas que existem são utilizadas para fins privados, agravando ainda mais a situação.

“Hoje existem carros, que foram comprados novos (...) Leva a mulher na manicure, leva filho para a escola etc. Tem 12 veículos novinhos para levar mulher em cabeleireiro, boutique, filho na escola e viagem e o investigador de polícia como motorista, porque [não pode recusar]...”

“As viaturas novas que nós recebemos estão todas para serviços pessoais e não para investigação”.

Além de serem ineficazes para a finalidade do trabalho, as viaturas caracterizadas constituem-se como obstáculos, porque colocam em risco de morte os policiais envolvidos na investigação.

“Isso já gerou mortes e mortes de colegas. Está chegando numa situação que a viatura entrega de longe: ‘está vindo polícia’. Vê de longe, você vai chegar com a bandeira acesa para encarar o ladrão que está lá. O traficante que tem o olheiro da boca, o homicida. Quer dizer, por quê isso? Porque acham, entenderam politicamente, que as viaturas teriam que ser caracterizadas e com isso a população via a polícia na rua e gerava mais votos”.

Uma parte considerável dos obstáculos levantados pelos investigadores relativos às más condições de trabalho refere-se muito mais a ausência de investimento no policial que, na opinião de um dos presentes, tem uma razão bastante clara.

“Eles não investem em policial de qualidade. Um policial que seja 100% honesto, um policial que pensa mais, que seja inteligente. Isso não é interessante para a polícia, porque é difícil de ser conduzido, ele tem uma visão maior”.

Como pode ser observado, parte importante dos obstáculos apresentados pelas más condições de trabalho referem-se muito menos a falta de recursos e muito mais a uma utilização indevida destes recursos, seja no que diz respeito aos recursos materiais ou mesmo aos recursos humanos.

Uso político da polícia

Outra dificuldade apontada pelos policiais é que a polícia tem sido utilizada politicamente para angariar votos. Este uso faz com que os investigadores sejam impedidos de desenvolver bem o seu trabalho, seja porque o governo de Estado deseja “mostrar serviço” à população, munindo a polícia de equipamentos inadequados, seja porque os policiais que ingressam na carreira não recebem a formação ideal, porque devem fazer volume nas ruas.

“Simplesmente ele entra num concurso público, que é difícil, poucas pessoas passam. Ele faz uma academia, você aprende ali muito pouco, o mínimo. O investimento em investigação, a investigação é muito pouco aprendida, por quê? Porque o intuito da academia não é ensinar. O intuito é colocar você na rua, é político, tudo gira em política. (...) A grande verdade é essa o pessoal pensa no seu

próprio bolso. Pensa em se eleger. Pensa em todas as hipóteses , menos em investir no funcionalismo, menos na população”.

Além disso, os investigadores afirmam que, dependendo do interesse político, você é proibido de investigar, sendo ameaçado pela corregedoria.

“O policial está na rua, ele está sendo fiscalizado. Se aquilo não tiver interesse político não há porque apoiá-lo, manda para a corregedoria e breca a investigação...”.

Há alguns casos que o policial é afastado de sua função ou remetido para uma unidade bem distante da que ele trabalhava, sendo colocado no ostracismo. Esta espécie de castigo, sofrido por aqueles que “mexem” com pessoas poderosas, é conhecido, pelos investigadores, como NASA.

“Têm esses castigos que existem na polícia, que não têm que existir. Existe uma tal de Nasa aí, é impressionante isso daí. (...) O pessoal se envolve com algum tipo de ocorrência, ou política, ou bate de frente com alguém importante, xinga alguém vai parar na Nasa...”.

“O cara vai para o espaço. (...) Quando o cara é colocado num lugar para não fazer nada...”.

“É uma barbaridade, um delegado de classe especial, que deveria estar dando a sua contribuição à população, não está dando, porque está na Nasa...”.

“Nasa você está literalmente no espaço, jogado às traças”.

Na opinião destes profissionais, esta perseguição afeta, principalmente, o profissional vocacionado para o trabalho, constituindo-se como um outro obstáculo para um policiamento mais eficaz.

5. Sugestões para melhorar o policiamento

Os presentes sugerem que para melhorar o policiamento é necessário investir nos seguintes pontos: reconhecimento salarial; investimento na formação profissional; diminuir o controle da atividade policial; e, por fim, acabar com o desvio de função. Ou seja, de uma forma geral, os policiais sugerem que sejam superados parte dos obstáculos para, desta forma, atingirem um policiamento mais eficaz.

Curto prazo

Em relação às propostas de melhoria de policiamento restritas à Polícia Civil, os investigadores defendem que a melhoria dos salários teria de ser realizada a curto prazo. Segundo a categoria, esta é a primeira medida a ser adotada para resgatar a dignidade do policial. Além disso, os policiais acreditam que com a melhoria salarial o bico seria abandonado, e o policial poderia se dedicar integralmente ao policiamento.

“A curto prazo é o reconhecimento salarial do policial. Isso de imediato, porque ele tem que acabar com o bico. O bico não pode ser aceito. O policial tem que receber bem, tem que trabalhar de forma profissional e ter um salário digno. Isso vai recuperar a dignidade dele. (...) A curto prazo é salário, em curtíssimo prazo é salário e o terceiro é salário, é o salário. Não dá para viver inicialmente com mil reais, não existe isso, dignamente você não vive com isso”.

Além das melhorias salariais, o investimento profissional, através de cursos de reciclagem, também é percebido como algo que deve ser realizado a curto prazo.

“Então, primeiro, passaria por uma reciclagem, para entender melhor o que está ocorrendo, porque novas modalidades, novos “modus operandi” estão surgindo aí, desde os crimes da cibernética que estão acontecendo e em qualquer distrito tem pedofilia, que nem legislação nós temos. Estão aí todas as modalidades, até o tráfico, o roubo etc. (...) É preciso reciclagem e capacitar o homem para os dias de hoje, para que ele tenha inclusive condições de melhor se relacionar e entender melhor o que está acontecendo nos dias de hoje. Obviamente passando por meios materiais e meios financeiros para exercer a sua função.”

Médio prazo

Os investigadores consideram que, a médio prazo, deveria terminar com a “pressão” administrativa, com o “excessivo” controle que há sobre suas ações, confiando-se mais no policial.

“Segundo, tirar a pressão política administrativa em cima do policial, acabar. Deixá-lo tomar as medidas que têm que ser tomadas, aí ele vai desempenhar o papel dele na sociedade. Acabar com a burocracia. Essa desconfiança de corrupção, tudo é corrupção, tudo é, enquanto que os corruptos de verdade estão em altos cargos, esses não são investigados, existem em todas as áreas, na polícia, na medicina, nos planos de saúde, engenharia (...) É um controle externo absurdo que está havendo na polícia, como nunca houve, controle administrativo interno e corregedoria também”.

Além disso, os investigadores sugerem um maior apoio institucional para solucionar os crimes. Na sua opinião, se houvesse este apoio, não haveria crimes sem solução.

“Apoio do Estado, apoio [com isso] não existe crime sem solução. Por quê? Porque eles tiram toda a pressão, eles incentivam, eles dão promoção. Então quando o governo quer que se resolva um problema ele é solucionado, não existe crime sem solução, mas tem que dar todo o apoio por trás disso”.

Outro ponto que, na opinião dos investigadores, deveria ser atacado seria o desvio de função. Como já ficou claro, os investigadores são da opinião de que se não houvesse desvio de função o trabalho seria equitativamente distribuído e, portanto, as respostas à população seriam melhores.

“Acabar com desvio de função!”.

“Para desvio de função, acabe com desvio”.

Apesar de não ter sido colocado como um grande obstáculo, os investigadores acreditam que para melhorar o policiamento é também necessário investir, a médio prazo, em equipamentos, em especial computadores e seus periféricos.

Não a longo prazo, mas para resultados mais duradouros, os investigadores propõem um investimento no homem, que precisa estar sempre apto a atuar contra o crime. Este investimento teria retorno para a própria instituição, pois o policial sentiria-se mais motivado a desenvolver seu trabalho.

“Em segundo plano a solução mais longa passa por reciclagem de policiais, para atualizar os policiais nas diversas áreas de crime que estão evoluindo, principalmente na área de informática”.

“A longo prazo tem que instruir o policial, profissionalizar. É instrução, aula, aprimoramento ali. Técnicas novas de investigação, isso daí a gente tem que aprender na prática na rua, não existe academia para ensinar. Você faz um curso, o mesmo curso que você faz quando entra na academia e vai fazer o curso de terceira classe, de reciclagem, eles dão a mesma matéria...”.

Em suma, as propostas dos investigadores referem-se basicamente à melhoria de suas condições de trabalho, de uma forma bem ampla – salário, treinamento, equipamentos, liberdade de ação –, permitindo-lhes exercer sua função sem restrições.